

Banco Morgan Stanley S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatórios do auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	3
Balancos patrimoniais consolidados	6
Demonstrações de resultados consolidadas	7
Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas	9
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas do
Banco Morgan Stanley S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Morgan Stanley S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Morgan Stanley S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

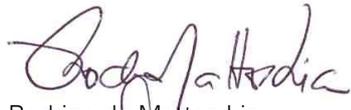
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras consolidadas das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Banco Morgan Stanley S.A.

Balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	12	3.002.730	3.355.692	Passivos financeiros	15	17.691.686	16.880.231
Ativos financeiros	13	17.316.446	16.339.729	Ao Valor Justo por meio do Resultado		14.983.213	14.360.653
Ao Valor Justo por meio do Resultado		15.384.117	14.190.314	Operações compromissadas		5.090.671	3.600.555
Operações compromissadas		5.208.529	4.865.624	Credores por empréstimos de ações		2.031.798	2.782.012
Títulos e Valores Mobiliários		6.316.685	4.254.513	Instrumentos financeiros derivativos		2.814.542	4.564.807
Instrumentos financeiros derivativos		3.849.086	4.269.172	Certificado de Operações Estruturadas		5.046.202	3.413.279
Empréstimos		-	182.118	Ao Custo Amortizado		2.708.473	2.519.578
Outros ativos financeiros		9.816	618.887	Depósitos de clientes		1.025.513	1.474.484
Ao Custo Amortizado		1.932.329	2.149.415	Obrigações por empréstimos e repasses		663.832	1.045.094
Negociação e Intermediação de Valores		1.931.599	2.123.594	Negociação e Intermediação de Valores		1.009.251	-
Recebíveis de clientes		730	25.821	Outros Passivos financeiros		9877	-
Outros ativos	18	98.374	77.740	Passivos por impostos correntes	17b	97.518	64.500
Ativos por impostos diferidos		103.799	-	Passivos por impostos diferidos	17b	-	67.554
Ativos imobilizados	20	18.131	6.984	Outros passivos	19	456.793	561.940
				Patrimônio líquido	21		
				Capital	21.a	1.306.607	1.195.515
				Reserva de Lucros		996.972	992.613
				Resultado abrangente		(10.096)	17.792
				Total do patrimônio líquido		2.293.483	2.205.920
Total do ativo		20.539.480	19.780.145	Total do passivo e patrimônio líquido		20.539.480	19.780.145

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.**Demonstrações de resultados consolidadas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Ganho/(perda) líquido de ativos financeiros ao valor justo pelo resultado	7	372.796	860.525
Ganho/(perda) líquido de outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado		(984)	422
Receitas de serviços e comissões		214.985	189.861
Despesas de serviços e comissões		(712)	(2.167)
Resultado líquido de serviços e comissões	6	214.273	187.694
Outras Receitas Operacionais		97.902	10.389
Receitas de juros		200.174	161.381
Despesas de juros		(80.523)	(140.922)
Resultado líquido de juros	5	119.651	20.459
Ganho/(perda) líquido de variação cambial	8	(44.460)	(45.408)
Despesas administrativas	9	(493.440)	(524.408)
Depreciações e amortizações		(7.219)	(2.037)
Despesas de Provisões Operacionais		(57.953)	(31.600)
Outras despesas operacionais	10	(64.200)	(88.065)
Outras despesas		(667.272)	(691.518)
Resultado antes dos impostos		136.366	387.971
Impostos correntes		(148.088)	(93.203)
Impostos diferidos	17	148.668	(34.962)
Resultado líquido do exercício		136.946	259.806

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Resultado líquido do exercício		<u>136.946</u>	<u>259.806</u>
Outro resultado abrangente, líquido de impostos		-	-
<i>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</i>		(27.888)	18.574
Ajuste no valor justo atribuído ao risco próprio de passivos financeiros		(50.539)	30.958
Efeito tributário		22.651	(12.384)
Resultado abrangente total no exercício		<u>109.058</u>	<u>278.380</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	<u>Reserva de Lucros</u>					Total
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.089.357</u>	<u>94.613</u>	<u>769.589</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>1.953.632</u>
Ajustes de transição IFRS 9			(698)	(855)		(1.553)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	<u>1.089.357</u>	<u>94.613</u>	<u>768.891</u>	<u>(782)</u>	<u>-</u>	<u>1.952.079</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	1.089.357	94.613	768.891	(782)	-	1.952.079
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e extraordinária de 25/04/2018	106.158	-	-	-	-	106.158
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	259.806	259.806
Destinação dos lucros:						
Reserva legal	-	11.033	-	-	(11.033)	-
Reserva estatutária	-	-	118.076	-	(118.076)	-
Ajuste no valor justo atribuído ao risco próprio de passivos financeiros	-	-	-	18.574	-	18.574
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(130.697)	(130.697)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.195.515</u>	<u>105.646</u>	<u>886.967</u>	<u>17.792</u>	<u>-</u>	<u>2.205.920</u>
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 30/04/2019	111.092	-	-	-	-	111.092
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.946	136.946
Destinação dos lucros:						
Reserva legal	-	12.212	-	-	(12.212)	-
Reserva estatutária	-	-	(7.853)	-	7.853	-
Ajuste no valor justo atribuído ao risco próprio de passivos financeiros	-	-	-	(27.888)	-	(27.888)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(132.587)	(132.587)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.306.607</u>	<u>117.858</u>	<u>879.114</u>	<u>(10.096)</u>	<u>-</u>	<u>2.293.483</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2019	2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	136.946	259.806
Ajustes ao lucro líquido	(8.478)	188.907
Depreciação e amortização	7.218	2.037
Provisão para bônus e contingências	121.953	74.378
Juros diferidos	685	10.317
Imposto de renda e contribuição social	(138.334)	102.175
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais	(1.056.627)	(7.313.574)
(Aumento) de Operações compromissadas	(342.905)	(1.669.378)
(Aumento) de Títulos e Valores Mobiliários	(2.062.172)	(1.399.032)
Diminuição / (Aumento) de Instrumentos financeiros derivativos	420.086	(2.536.606)
Diminuição / (Aumento) de Empréstimos	182.118	(182.118)
Diminuição / (Aumento) de Outros ativos financeiros	609.071	(601.802)
Diminuição / (Aumento) de Negociação e Intermediação de Valores	191.996	(864.250)
Diminuição / (Aumento) de Recebíveis de clientes	25.091	(25.489)
(Aumento) / Diminuição de Outros ativos	(20.634)	100
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no período	(59.278)	(34.999)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais	965.617	6.894.684
Aumento de Operações compromissadas	1.490.116	691.937
(Diminuição) / Aumento de Credores por empréstimos de ações	(750.214)	1.817.243
(Diminuição) / Aumento de Instrumentos financeiros derivativos	(1.750.265)	3.115.475
Aumento de Certificado de Operações Estruturadas	1.632.923	1.722.321
(Diminuição) de Depósitos de clientes	(448.971)	(350.939)
Aumento de Negociação e Intermediação de Valores	1.009.251	-
Aumento / (Diminuição) de Outros Passivos financeiros	9.877	(40.967)
(Diminuição) de Outros passivos	(227.100)	(60.386)
Fluxos de caixa utilizados em atividades operacionais	(91.010)	(418.890)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(8.957)	(1.793)
Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento	(8.957)	(1.793)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	-
(Diminuição) de Obrigações por empréstimos e repasses	(381.262)	(1.078.816)
Fluxos de caixa utilizados em atividades de financiamento	(381.262)	(1.078.816)
Varição total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(352.761)	(1.050.786)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.355.692	4.406.339
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa	(201)	139
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.002.730	3.355.692
Varição total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(352.761)	(1.050.786)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

1 Contexto operacional

O Banco Morgan Stanley S.A. (Banco) é um banco múltiplo nos termos da Assembléia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2001 e tem como seu controlador direto a empresa Morgan Stanley Latin America Incorporated e como investidora a empresa MSL Incorporated. Iniciou suas atividades em outubro de 2001, sob a forma de sociedade por ações, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos com as carteiras comercial e de investimentos e autorização para operar em câmbio. Está localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, na cidade de São Paulo, Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas em atendimento à Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standard Board (IASB) e traduzidos para a língua portuguesa pelo IBRACON, entidade credenciada pelo International Accounting Standards Committee Foundation (IASC).

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas para divulgação pela administração em 27 de março de 2020.

b. Novas normas e interpretações aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

IFRS 16 – Arrendamentos

O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A IFRS 16 elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Não houve impactos materiais para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Grupo.

Transição para a IFRS 16

A Companhia adotou essa norma utilizando o método retrospectivo de adoção, que resultou no reconhecimento de ativos adicionais referente a direitos de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos existentes ou celebrados após 1º de janeiro de 2019. Os valores comparativos não foram ajustados e estão de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 17 Arrendamentos.

Ajustes reconhecidos no balanço patrimonial no período

Itens	Impacto	2019
Ativo de direito de uso (Imobilizado)	Aumento	9.736
Passivo de arrendamento (Outros Passivos Financeiros)	Aumento	9.877
Impacto líquido no resultado	Redução	(141)

IFRIC 23 ‘Uncertainty over Income Tax Treatments’ (incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda)

Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento de tributos sobre o lucro é aceitável pela Autoridade Fiscal, de acordo com a legislação tributária. O escopo da Interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido. No entanto, não se aplica à incerteza relativa a tributos abrangidos por outras normas. A IFRIC 23 tornou-se operacional para períodos financeiros com início em, ou após, 1º de janeiro de 2019. Por meio de análises sobre os efeitos produzidos pela referida norma, concluiu-se que não houve impactos materiais no Consolidado.

c. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Conceptual Framework

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro descreve o objetivo e os conceitos do relatório financeiro para fins gerais. Dentre as alterações em definições contidas neste documento, destaca-se a nova definição de ativos e passivos, sendo ativo, "um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados" e passivo, uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. A nova Estrutura Conceitual entra em vigor para períodos anuais com início em, ou após 01 de janeiro de 2020. Foi realizada uma análise sobre a nova Estrutura Conceitual e não foram identificados impactos materiais no Consolidado.

d. Bases para avaliação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para certos instrumentos financeiros ao valor justo no resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

e. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco e das entidades consolidadas. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

f. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, quando aplicável.

As principais estimativas e julgamentos se referem a:

- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros - nota 17
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos - nota 3(l)
- Pagamento baseado em ações - nota 3(n)
- Contingências - nota 3(m)

3 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Consolidado.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco, de sua agência em Grand Cayman e de seus fundos exclusivos Caieiras Fundo de Investimento Multimercado “(Brasil)” e Morgan Stanley Derivatives Products Fund “(Cayman)” dos quais o Banco detém 100% de participação, e sobre os quais o Banco exerce controle, que é baseado na avaliação de um investidor possuir poder sobre a investida; exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e das empresas controladas pelo Banco.

Saldos e transações entre empresas do Consolidado, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Políticas contábeis consistentes são aplicadas em todo o Consolidado para fins de consolidação.

b. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. A moeda funcional para todas as entidades é o Real.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos financeiros de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo na demonstração de resultados.

d. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

e. Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

O resultado de ativos e passivos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a ativos e passivos contabilizados por seus valores justos no resultado e inclui todas as alterações do valor justo, juros, ganhos ou perdas realizados ou a realizar.

f. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento. Normalmente esta é a data-limite para pagamento de dividendos para títulos de capital. Os dividendos são refletidos como um componente de resultado de ativos e passivos para negociação, resultado de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo, ou outras receitas operacionais com base na classificação do instrumento de capital.

g. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no outro resultado abrangente; nesse caso, é reconhecida no outro resultado abrangente.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provem da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade tributária

h. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda e em operações compromissadas, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (nota 12)

i. Instrumentos financeiros

O consolidado classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Essa classificação é realizada através da análise do modelo de negócios em conjunto com o teste SPPI.

- Modelo de negócio: configura a maneira pela qual a entidade administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês Solely Payment of Principal and Interest).

- Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

I. Instrumentos financeiros mensurados valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles instrumentos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os instrumentos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Instrumentos financeiros obrigatoriamente classificados como valor justo por meio do resultado (VJR)

Instrumentos financeiros mantidos para negociação

Os instrumentos financeiros mantidos para negociação incluem ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de venda ou recompra em um curto prazo de tempo ou é parte de uma carteira para a qual há evidências de realização de lucros no curto prazo, essa categoria inclui também todos os contratos Derivativos.

Os instrumentos financeiros mantidos para negociação, incluindo todos os contratos de Derivativos, são inicialmente registrados ao valor justo. Mudanças subsequentes no valor justo, variação cambial, juros e dividendos são refletidos no resultado do Consolidado em “Ganho (perda) líquido de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado”.

Instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com a IFRS 9, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Ganho (perda) líquido de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado”.

II. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São instrumentos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

O consolidado não possuía ativos classificados nesta categoria em 31 de dezembro de 2019 .

III. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizados quando o objetivo do modelo de negócio do consolidado é coletar os fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério do teste SPPI do valor do ativo até a data de seu vencimento. Esses ativos são reconhecidos, quando o Consolidado se torna parte das disposições contratuais. Os instrumentos são, inicialmente, mensurados ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido do montante referente a expectativa de perda do instrumento.

Custos de transação são os custos incrementais que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou eliminação de um instrumento financeiro. Custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro são adicionados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Os juros são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos financeiros pelo custo amortizado incluem valores pendentes de liquidação e recebíveis de clientes.

j. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

O Consolidado mantém instrumentos financeiros derivativos para negociação e para proteger suas exposições aos riscos. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se certos critérios são atingidos. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- (i) **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. O Consolidado não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de risco de mercado.
- (ii) **Hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos nos outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Quando o instrumento de hedge vence, ou é vendido, cancelado, exercido, ou quando não se enquadra nas condições de hedge accounting, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no patrimônio líquido permanece ali até o momento em que a transação futura protegida é reconhecida na demonstração do resultado. O Consolidado não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

k. Redução do valor recuperável (Impairment) dos ativos financeiros

O requerimento de impairment é baseado na expectativa de perda e aplicável aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), recebíveis de leasing e para alguns compromissos de empréstimos e garantias financeiras.

l. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos e perdas ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

Móveis, instalações e equipamentos	7 - 10 anos
Sistemas de comunicação	5 - 9 anos
Processamento de dados	3 - 5 anos
Outras imobilizações	5 anos
Benfeitorias	10 anos

m. Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias e também sobre diferenças temporárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Consolidado tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

o. Política de remuneração variável

Pagamentos baseado em ações

O Consolidado participa dos planos globais de ações do Morgan Stanley, os quais prevêem o pagamento pelo Banco ao Morgan Stanley (NY) em consideração a transferência das suas ações aos funcionários do Consolidado. O custo das ações é mensurado pelo valor justo na data da concessão (“grant date”), atualizado conforme valor de mercado das ações do Morgan Stanley (NY) e registrado como despesa de remuneração durante o período de aquisição (“vesting period”), ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

Outros planos de compensação diferida

O Consolidado concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. O valor justo da compensação diferida é reconhecido como despesa de remuneração, ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

4 Reconciliação das diferenças entre BRGAAP e IFRS

As políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Apresentamos abaixo os efeitos entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) na posição financeira do Consolidado:

Conciliação do Patrimônio Líquido	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Patrimônio líquido BRGAAP	2.291.209	2.068.501
Ajuste ativos financeiros ao valor justo pelo resultado (a)	(3.202)	975
Ajuste passivos financeiros ao valor justo pelo resultado (b)	7.593	228.068
Ajuste de perda de crédito esperada	-	(11)
Ajuste IFRS 16 (c)	(141)	-
Efeito Fiscal (d)	(1.976)	(91.613)
Patrimônio líquido IFRS	2.293.483	2.205.920

O resultado do IFRS, em 31 de dezembro de 2019 foi impactado no montante negativo de R\$ 107.279 (2018 – R\$ 39.421) líquido de impostos, referente ao ajuste a valor justo dos certificados de operações estruturadas, conforme conciliação do resultado abaixo:

Conciliação do Resultado	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Resultado líquido do exercício - BRGAAP	244.225	220.386
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo pelo resultado (a)	(1.948)	1.299
Ajuste de passivos financeiros ao valor justo pelo resultado (b)	(172.153)	63.872
Ajuste IFRS 16 (c)	(141)	(12)
Efeito fiscal (d)	66.963	(25.739)
Resultado líquido do exercício - IFRS	136.946	259.806

- (a) Dentro do escopo do IFRS 9, certas operações são caracterizadas como instrumentos financeiros, essas operações foram avaliadas e reconhecidas pelo valor justo. Assim, para atendimento ao IFRS, o Consolidado ajustou as operações compromissadas ativas e outros ativos financeiros ao valor justo.
- (b) Dentro do escopo do IFRS 9, certas operações são caracterizadas como instrumentos financeiros. Dessa forma devem ser avaliados e reconhecidos pelo valor justo. Assim, para atendimento ao IFRS, o Consolidado ajustou as operações compromissadas passivas e os certificados de operações estruturadas – COE ao valor justo
- (c) Dentro do escopo do IFRS 16 locatários devem reconhecer nas demonstrações financeiras todos os arrendamentos com prazos superiores a um ano. Assim, para atender a nova regra, o Consolidado avaliou e reconheceu nas respectivas rubricas contábeis de ativos, passivos e resultado os valores decorrentes da aplicação da nova regra.
- (d) O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos com base nas alíquotas vigentes de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social. No entanto, em virtude da majoração da contribuição social para 20% a partir de 1º de Março de 2020, o ativo fiscal diferido sobre as diferenças temporárias, cuja realização ocorrerá após esse período, foram constituídos à alíquota de 20%.

5 Resultado líquido de juros

	2019	2018
Receitas de juros		
Caixa e equivalentes de caixa	66.064	160.800
Rendas com operações de crédito	-	581
Rendas com Operações Compromissadas – Posição bancada	134.111	-
Total	<u>200.175</u>	<u>161.381</u>
Despesas de juros		
Depósitos de clientes	(33.184)	(103.151)
Despesas com obrigações por empréstimos e repasses	(46.871)	(37.771)
Outras despesas de juros	(469)	-
Total	<u>(80.524)</u>	<u>(140.922)</u>
Resultado líquido de juros	<u><u>119.651</u></u>	<u><u>20.459</u></u>

6 Resultado líquido de serviços e comissões

	2019	2018
Receitas de serviços e comissões		
Assessoria e comissão de colocação de Títulos em Oferta Pública	214.985	189.605
Colocação de títulos em oferta pública	-	256
Total	<u>214.985</u>	<u>189.861</u>
Despesas de serviços e comissões		
Serviços do sistema financeiro	(712)	(2.167)
Total	<u>(712)</u>	<u>(2.167)</u>
Resultado líquido de serviços e comissões	<u><u>214.273</u></u>	<u><u>187.694</u></u>

7 Resultado de ativos e passivos financeiros

	2019	2018
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo		
Ganhos - Swap	122.758	81.293
Ganhos - Futuros	49.868	1.156.831
Ganhos - Termo	4.718	65.057
(Perdas) - Opções	(549.686)	(890.364)
(Perdas) / Ganhos - Commodities	(10.873)	16.948
Rendas de Certificado de Crédito Bancário	8.393	10.881
Rendas de Operações de Câmbio Financeiro	-	2.903
Rendas com Operações Compromissadas	28.774	150.849
Rendas com TVM	1.490.510	53.719
Certificado de Operações Estruturadas	(771.666)	208.729
Outros	-	3.679
Total	<u><u>372.796</u></u>	<u><u>860.525</u></u>

8 Resultado de variação cambial

O resultado de variação cambial é composto, basicamente, por operações em moeda estrangeira, no valor negativo de R\$ 44.460 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (valor negativo de R\$ 44.986 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

9 Despesas Administrativas

	2019	2018
Despesa de Pessoal	(233.524)	(215.082)
Plano de incentivos em Ações	(47.961)	(27.968)
Despesas de prestação de serviços de terceiros	(4.615)	(4.393)
Despesas de prestação de serviços técnicos especializados	(6.684)	(3.981)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(36.686)	(10.501)
Despesas de aluguéis	-	(2.402)
Despesas de viagens	(6.610)	(6.062)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(2.064)	(2.296)
Despesa de corretagem	(141.894)	(216.490)
Despesa de taxa de administração de fundo	(4.500)	(3.239)
Outras	(8.902)	(31.994)
Total	<u><u>(493.440)</u></u>	<u><u>(524.408)</u></u>

10 Outras despesas operacionais

	2019	2018
Despesa de ISS	(10.750)	(9.484)
Contribuição ao COFINS	(38.890)	(34.021)
Contribuição ao PIS	(6.320)	(5.528)
Outras despesas operacionais	(8.240)	(39.032)
Total	<u>(64.200)</u>	<u>(88.065)</u>

11 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos impostos	136.366	136.366	387.971	387.971
Juros sobre o capital próprio	(132.587)	(132.587)	(130.697)	(130.697)
Resultado antes do Imposto e após juros sobre capital	4.359	4.359	257.273	257.273
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	12.566	12.566	30.362	30.362
Incentivos	5	5	48	48
Resultados com Investimentos no exterior	5.228	5.228	12.283	12.283
Lucro de subsidiárias no exterior	(5.228)	(5.228)	(12.283)	(12.283)
Adições (exclusões) temporárias				
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	100.115	100.115	(4.429)	(4.429)
Remuneração variável	35.210	35.210	(9.996)	(9.996)
Provisões	45.608	45.608	-	-
Ajuste a mercado operações estruturadas	172.110	172.110	(63.872)	(63.872)
Outros ajustes ao valor de mercado no resultado	2.133	2.133	(1.287)	(1.287)
Base de cálculo	371.524	371.524	208.100	208.100
IR/CS apurado	92.359	55.729	51.583	41.620
Dedução de Incentivos Fiscais	(498)	-	-	-
(Ativo)/Passivo Fiscal diferido (1)	(88.801)	(59.867)	19.883	15.079
Total Líquido de IR/CS	<u>3.558</u>	<u>(4.138)</u>	<u>71.466</u>	<u>56.699</u>

(1) O ativo fiscal diferido refere-se, majoritariamente, a imposto de renda e contribuição social sobre marcação a mercado de instrumentos financeiros.

Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

	2019	2018
Lucro antes da tributação e dos juros sobre capital próprio	136.946	257.273
Imposto de renda e contribuição social	(581)	128.165
Alíquota efetiva do imposto de renda	<u>-0.42%</u>	<u>49,82%</u>

12 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
	Valor contábil	Valor contábil
Disponibilidade	340.922	72.467
Aplicação em operações compromissadas	2.661.808	3.283.225
Total	3.002.730	3.355.692

13 Ativos financeiros

Os Ativos Financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	2019		2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ao valor Justo por meio do Resultado	15.384.117	15.384.117	14.190.314	14.190.314
Operações compromissadas	5.208.529	5.208.529	4.865.624	4.865.624
Títulos e Valores Mobiliários				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	571.361	571.361	1.119.363	1.119.363
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	13.351	13.351	104.853	104.853
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	166.176	166.176	96.813	96.813
Renda Variável				
Ações de Companhias Abertas	5.565.797	5.565.797	2.927.356	2.927.356
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	6.128	6.128
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap	1.684.203	1.684.203	829.027	829.027
NDF	668.265	668.265	470.619	470.619
Opções	1.489.240	1.489.240	2.056.288	2.056.288
Termo	-	-	896.290	896.290
Commodities	7.379	7.379	16.948	16.948
Empréstimos	-	-	182.118	182.118
Outros ativos financeiros	9.816	9.816	618.887	618.887
Ao custo amortizado	1.932.329	1.932.329	2.149.415	2.149.415
Negociação e Intermediação de Valores	1.931.599	1.931.599	2.123.594	2.123.594
Recebíveis clientes	730	730	25.821	25.821

14 Transferência de ativos financeiros

No ano de 2019 em seu curso dos negócios, o Consolidado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública.

Venda com compromisso de recompra

Venda com compromisso de recompra são transações nas quais o Consolidado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Consolidado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de seu valor e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Consolidado.

Ações dadas como empréstimo

O aluguel de ações é uma operação em que o doador (dono das ações a serem alugadas) empresta suas ações a outro investidor (tomador), cobrando uma taxa por isso, por prazos variados. O tomador passa, assim, a poder negociar as ações. Até o fim do período de aluguel, o tomador deve devolvê-las ao doador.

O risco da operação reside na ponta tomadora, por uma eventual inadimplência financeira (remuneração ao doador dos ativos e taxa de liquidação) ou pela não devolução dos ativos.

Contudo, existem normas e controles que permitem uma administração segura do negócio, a começar pelas garantias que são exigidas pela B3 S.A.. A partir da liquidação do empréstimo, as garantias depositadas são liberadas e ficam novamente à disposição do tomador.

Da mesma forma, a liquidação das operações de empréstimo representa a devolução, ao doador, dos ativos de mesmo tipo, classe e espécie que foram emprestados.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Consolidado possuía direitos por empréstimos de ações, registrados na rubrica de “Negociação e intermediação de valores”, conforme abaixo:

	2019	2018
Empréstimo e recebíveis clientes		
Ações dadas por empréstimo	1.147.403	1.548.106

15 Passivos financeiros

Os passivos financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	2019		2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos financeiros				
ao Valor Justo por meio do Resultado	14.983.213	14.983.213	14.360.653	14.360.653
Operações compromissadas	5.090.671	5.090.671	3.600.555	3.600.555
Credores por empréstimo de ações	2.031.798	2.031.798	2.782.012	2.782.012
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap	1.170.399	1.170.399	1.216.896	1.216.896
NDF	603.059	603.059	436.766	436.766
Opções	989.424	989.424	2.014.938	2.014.938
Termo	-	-	896.207	896.207

	2019		2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Commodities	51.660	51.660	-	-
Certificado de Operações Estruturadas	5.046.202	5.046.202	3.413.279	3.413.279
ao Custo Amortizado	2.708.473	2.708.473	2.519.578	2.519.578
Depósito de Clientes	1.025.513	1.025.513	1.474.484	1.474.484
Obrigações Por Empréstimo e Repasse				
Empréstimo em moeda estrangeira	663.832	663.832	1.045.094	1.045.094
Negociação e Intermediação de Valores	1.009.251	1.009.251	-	-
Outros Passivos Financeiros	9.877	-	-	-

Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se a operações de curto prazo e longo prazo com cláusula de resgate antecipado cujo valor contábil representa substancialmente o valor justo.

16 Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender suas necessidades e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda, de taxas de juros e de ações. Estes riscos são administrados por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes permitem que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros e de câmbio.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se parâmetros internacionais utilizados pela organização em nível mundial. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos tais como “VaR” e simulações de cenários de *stress*.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Para os Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado, representados substancialmente por depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo atrelados a taxa de mercado pós-fixada “CDI”, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Os Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos) - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA.

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

A precificação de operações envolvendo ações e contratos futuros detidos pelo Consolidado é apurada com base em preços divulgados pela B3 S.A..

O Consolidado tem como prática a verificação e acompanhamento desses preços de mercado, diariamente, a fim de assegurar a consistência e acuracidade da precificação de suas operações.

A precificação das operações de swap, termos de moeda e opções é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão fundamentadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado, como BM&FBovespa, Reuters e Bloomberg.

Por meio de modelos matemáticos internos de interpolação, são calculadas as diversas curvas nas datas necessárias para a apuração dos fatores de desconto dos fluxos de caixa.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos de swap, termo de moeda e opções são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos e representam seu valor levando em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores que afetam seu valor justo.

O valor justo dos certificados de operações estruturadas foram apurados da seguinte forma:

O valor justo dos certificados de operações estruturadas é obtido com base nas curvas de juros e preços listados dos ativos objetos. Estes valores são públicos e observáveis no mercado, através da B3 S.A., Reuters e Bloomberg.

Cada certificado de operações estruturadas, utilizando-se desses preços, é trazido a valor presente diariamente até o seu vencimento.

Em alguns casos, dado prazos mais longos, os ativos objetos possuem liquidez reduzida e muitas vezes não observáveis, nesses casos é utilizado o método de extrapolação a partir de dados observáveis e, por conservadorismo, são classificados como nível 3.

A tabela abaixo representa o tipo de ativo objeto e o prazo o qual o método de extrapolação é utilizado:

Ativo objeto	Opção de Ação	Índice	Fundos	ETF	ADR
vencimento	Acima de 3 anos	Acima de 5 anos	acima de 2 anos	acima de 3 anos	acima de 3 anos

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação continuamente.
- **Nível 2** - são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (market makers), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.
- **Nível 3** - são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre Níveis 1, 2 e 3 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

As tabelas a seguir mostram um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo agregados entre os níveis 1, 2 e 3 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Consolidado para apurar seu valor justo:

Ativos Financeiros	2019				2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado								
Operações compromissadas	-	5.208.529	-	5.208.529	-	4.865.624	-	4.865.624
Títulos e Valores Mobiliários								
Títulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	571.361	-	571.361	1.119.363	-	-	1.119.363
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	13.351	-	13.351	104.853	-	-	104.853
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	166.176	-	166.176	96.813	-	-	96.813
Renda Variável								
Ações de Companhias Abertas	5.565.797	-	-	5.565.797	2.927.354	-	-	2.927.354
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	-	-	6.128	-	-	6.128
Instrumentos financeiros derivativos								
Swap	-	1.684.202	-	1.684.202	-	829.027	-	829.027
NDF	-	654.121	14.144	668.265	-	446.868	23.751	470.619
Opções	-	1.464.056	25.184	1.489.240	-	2.056.288	-	2.056.288
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
Termo	-	-	-	-	896.290	-	-	896.290
Commodities	-	7.379	-	7.379	-	16.948	-	16.948

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações Financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2019

Ativos Financeiros	2019				2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado								
Empréstimos	-	-	-	-	-	182.118	-	182.118
Outros ativos financeiros	9.816	-	-	9.816	618.887	-	-	618.887
Ao custo amortizado								
Negociação e Intermediação de Valores	1.931.599	-	-	1.931.599	2.123.594	-	-	2.123.594
Recebíveis clientes	730	-	-	730	25.821	-	-	25.821
Passivos financeiros								
Passivos financeiros	2019				2018			
	Nível 1	Nível2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível2	Nível 3	Total
ao Valor Justo por meio do Resultado								
Operações compromissadas	-	5.090.671	-	5.090.671	3.600.555	-	-	3.600.555
Credores por empréstimo de ações	2.031.798	-	-	2.031.798	2.782.012	-	-	2.782.012
Instrumentos financeiros derivativos								
<i>Swap</i>	-	1.156.641	13.758	1.170.399	-	1.193.567	23.329	1.216.896
NDF	-	603.049	-	603.059	-	436.766	-	436.766
Opções	-	873.538	115.886	989.424	-	1.787.134	227.804	2.014.938
Termo	-	-	-	-	896.207	-	-	896.207
Commodities	-	51.660	-	51.660	-	-	-	-
Certificado de Operações Estruturadas	-	3.552.019	1.494.183	5.046.202	-	2.545.712	867.567	3.413.279
Ao Custo Amortizado								
Depósito de Clientes	1.025.513	-	-	1.025.513	1.474.484	-	-	1.474.484
Obrigações Por Empréstimo e Repasse								
Empréstimo em moeda estrangeira	663.832	-	-	663.832	1.045.094	-	-	1.045.094
Negociação e Intermediação de Valores	1.009.251	-	-	1.009.251	-	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	9.877	-	-	9.877	-	-	-	-

Movimentações de valor justo recorrentes de Nível 3

A tabela a seguir inclui a movimentação dos valores dos ativos financeiros classificados como Nível 3 da hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2019:

	Valor Justo em 31/12/2018	Compras	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não realizado)	Liquidações	Transferência	Valor Justo em 31/12/2019
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado						
Instrumentos financeiros derivativos						
Opções	-	46.397	(21.213)	-	-	25.184
NDF	23.751	-	(48.388)	40.961	(2.180)	14.144
Passivos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado						
Opções	(227.804)	97.663	(77.909)	9.815	82.349	(115.886)
Swap	(23.329)	-	52.107	(44.703)	2.167	(13.758)
Certificado de Operações Estruturadas	(867.567)	(699.476)	(286.350)	98.108	261.102	(1.494.183)

Análise de sensibilidade de operações nível 3

A tabela a seguir, fornece a análise de sensibilidade desses valores justos e a metodologia aplicada na apuração do valor justo do instrumento financeiro classificado como nível 3:

Em milhares de reais

	Valor Justo	Técnica de Valorização	Dados não observáveis / Sensibilidade da mudança do valor justo utilizando dados não observáveis significativos (Nível 3)	Faixa	Média
Ativos Financeiros					
ao Valor Justo por meio do Resultado					
Instrumentos financeiros derivativos					
Opções	25.184	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	13% - 20%	17%
			Volatilidade da curva	0%	0%
			Correlação entre ativos	55% - 67%	65%
			Correlação entre moedas	(85%) - (45%)	-(60%)
NDF	14.144	Estimativa Histórica	Volatilidade da moeda	16,2% - 19,4%	18,3%
			Correlação entre taxa de juros e moeda estrangeiro	(5,4%) - 51,9%	22,9%
Passivos Financeiros					
ao Valor Justo por meio do Resultado					
Opções	115.886	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	6% - 37%	21%
			Volatilidade da curva	(1%) - 0%	0%
			Correlação entre ativos	30% - 80%	61%
			Correlação entre moedas	(85%) - (75%)	(55%)
Swap	13.758	Estimativa Histórica	Volatilidade da moeda	16,2% - 19,4%	18,3%
			Correlação entre taxa de juros e moeda	(5,4%) - 51,9%	22,9%
Certificado de Operações Estruturadas	1.494.183	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	6% - 28%	17%
			Volatilidade da curva	(1%) - 0%	0%
			Correlação entre ativos	30% - 80%	64%
			Correlação entre taxa de juros e moeda estrangeira	(85%) - (75%)	(54%)

17 Imposto diferido

a. Créditos tributários

Natureza e origem

	2019	2018
Diferenças temporárias		
Ajuste ao valor de mercado	96.334	26.501
Provisão para bônus, gratificação periódica e contingências	59.089	21.520
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.229	2.307
Total de créditos tributários - ativo	158.652	50.328
Ajuste pelo valor líquido	(52.877)	(50.328)
Ajustes IFRS	(1.976)	-
Total de ativos por impostos diferidos	103.799	-

Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias originadas pelo ajuste do valor de mercado, provisão para bônus e demais provisões.

- **Créditos de constituição** - Os créditos tributários foram constituídos à alíquota de 25% para imposto de renda, no montante de R\$ 89.654 (2018 - R\$ 31.455) e, para contribuição social, o crédito tributário foi constituído às alíquotas de 15% e 20%, totalizando o montante de R\$ 68.998 (2018 – R\$18.874). Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, com realização a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%.
- **Valores constituídos e baixados no período** - A movimentação dos créditos tributários ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 pode ser demonstrada como segue:

	2019	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2018	50.328	52.328
Constituição no exercício (Realização/reversão)	152.623 (44.299)	152.623 (44.299)
Saldo Final em 31/12/2019	158.652	158.652
	2018	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2017	52.634	52.634
Constituição no exercício (Realização/reversão)	36.401 (38.707)	36.401 (38.707)
Saldo Final em 31/12/2018	50.328	50.328

b. Passivos por impostos correntes e diferidos

	2019	2018
Passivos por impostos correntes:		
Imposto de renda a pagar	92.360	51.583
Contribuição social a pagar	55.729	41.620
Outros impostos e contribuições a recolher	8.937	10.921
	<u>157.026</u>	<u>104.124</u>
Ajuste pelo valor líquido	(59.508)	(39.622)
Total impostos correntes	<u>97.518</u>	<u>64.500</u>
Passivos por impostos diferidos:		
Imposto de renda diferido	29.376	22.666
Contribuição social diferida	23.501	13.600
	<u>52.877</u>	<u>36.266</u>
Ajuste pelo valor líquido	(52.877)	(60.326)
Ajustes IFRS	-	91.614
Total impostos diferidos	<u>-</u>	<u>67.554</u>
Total passivos por impostos correntes e diferidos	<u>97.518</u>	<u>132.054</u>

c. Expectativa de realização dos impostos diferidos ativos:

	CRÉDITO TRIBUTÁRIO	VALOR PRESENTE (*)	
2020	49.253	47.110	
2021	108.323	97.802	
2028	450	404	
2029	626	558	
	<u>158.652</u>	<u>145.874</u>	

(*) O valor presente foi calculado com base nas curvas de juros pré-fixados em reais, considerando as realizações no decorrer de cada exercício.

O Consolidado não possui créditos tributários não ativados de qualquer natureza.

18 Outros ativos

	2019	2018
Valores a receber de ligadas	11.648	10.482
Adiantamentos e antecipações salariais	1.738	1.586
Adiantamentos a fornecedores	860	715
Valores a receber de clientes	7.010	5.192
Devedores diversos no país	-	59.223
Dividendos a receber	74.396	351
Outros	2.722	191
Total	<u>98.374</u>	<u>77.740</u>

19 Outros passivos

	2019	2018
Pessoal	158.713	145.344
Plano de incentivos em Ações (1)	57.662	42.938
Juros sobre capital próprio a pagar	166.775	130.697
Valores a pagar a sociedades ligadas	6.137	642
Credores por liquidação pendente	-	216.004
Comissões a pagar sobre operações estruturadas	12.428	19.313
Provisão para passivos contingentes	54.945	1.995
Outros	133	5.007
Total	456.793	561.940

- (1) Em 2019 o Banco Morgan Stanley outorgou 272.359 unidades de ações (2018 – 184.608 unidades) para os funcionários elegíveis do Conglomerado Morgan Stanley no Brasil a um valor médio de US\$ 42,56 (2018 – US\$ 56,84).

20 Ativo imobilizado

Custo de aquisição	Benfeitorias	Móveis, instalações e equipamentos	Sistemas de comunicação	Processamento de dados	Direito de Uso	Outras imobilizações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	11.959	10.103	8.278	8.103	-	37	38.480
Aquisições	-	354	-	1.439	-	-	1.793
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(228)	-	-	-	-	(228)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.959	10.228	8.278	9.543	-	37	40.045
Saldo em 1º de janeiro de 2019	11.959	10.228	8.278	9.543	-	37	40.045
Adoção Inicial IFRS 16	-	-	-	-	14.676	-	14.676
Aquisições	-	1	363	3.325	-	-	3.689
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(42)	-	-	-	(42)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.959	10.229	8.599	12.868	14.676	37	58.368
Depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(11.622)	(5.839)	(6.788)	(7.018)	-	-	(31.257)
Depreciação do exercício	(123)	(882)	(390)	(643)	-	-	(2.037)
Baixas	-	233	-	-	-	-	233
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(11.745)	(6.488)	(7.168)	(7.661)	-	-	(33.061)
Depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(11.745)	(6.488)	(7.168)	(7.661)	-	-	(33.061)
Depreciação do exercício	(74)	(886)	(408)	(893)	(4.941)	-	(7.202)
Baixas	-	-	26	-	-	-	26
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.818)	(7.374)	(7.550)	(8.554)	(4.941)	-	(40.237)
Valor contábil							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	214	3.740	1.110	1.882	-	37	6.984
Saldo em 31 de dezembro de 2019	141	2.855	1.049	4.314	9.735	37	18.131

21 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 856.121.389 (2018 – 745.029.165) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2019, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 111.092 (cento e onze milhões, noventa e dois mil, duzentos e vinte e quatro reais), mediante a emissão de 111.092.224 (cento e onze milhões, noventa e duas mil, duzentas e vinte e quatro) novas ações, mediante a utilização dos recursos oriundos dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 11 de junho de 2019.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil “BRGAAP”, ajustado na forma da legislação pertinente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou creditados pelo Banco Morgan Stanley, a título de remuneração do capital próprio.

Durante o exercício, o Banco efetuou a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre as contas do patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 132.587 (2018 - R\$ 130.697) e constam como destinação do resultado, diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido, na forma da Circular nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil e reduziram a despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício aproximadamente em R\$ 53.035 (2018 – R\$ 58.814). Este montante foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 31 de dezembro de 2019.

c. Reserva de capital

Não houve constituição de reservas de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

d. Reserva legal

O Banco constituiu a título de Reserva Legal, com base no lucro líquido do exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil “BRGAAP”, o montante de R\$ 12.212 (2018 - R\$ 11.033).

e. Reserva estatutária

Conforme previsto no Estatuto Social, por proposta da Administração, foi constituída Reserva Estatutária, com base no lucro líquido do exercício, não distribuído após todas as destinações.

f. Composição do Patrimônio líquido

A composição do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era a seguinte:

	2019	2018
Capital	1.306.607	1.195.515
Reservas de Lucros	996.972	992.613
Resultado abrangente	(10.096)	17.792
Total do patrimônio líquido	2.293.483	2.205.920

22 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a IAS 24. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Ativo	2019	2018
Aplicação em depósitos interfinanceiros		
Morgan Stanley International Finance	73.697	70.697
Valores a receber de instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	1.510.534	914.304
Valores a receber prestação de serviços		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	7.678	7.013
Morgan Stanley Participações Ltda.	3.098	3.130
Morgan Stanley Adm. de Carteiras S.A.	367	338
Passivo		
Depósitos a prazo		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(777.653)	(831.842)
Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	(79.369)	(53.546)
Morgan Stanley Participações Ltda.	(34.929)	(42.288)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira		
Morgan Stanley International Finance	(291.298)	(1.030.023)
Obrigações por operações compromissadas		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(847.643)	(754.783)
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(4.243.029)	(2.845.700)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	-	(10)
Valores a pagar de instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(729.623)	(736.317)
Resultado		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	602.924	(380.488)
Despesas de depósitos a prazo		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(12.572)	(143.113)
Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	(3.825)	(2.523)
Morgan Stanley Participações Ltda.	(2.085)	(3.839)

Ativo	2019	2018
Despesas de operações compromissadas		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(44.583)	(49.922)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	-	(9)
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(11.104)	(97.379)
Outras receitas operacionais		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	19.663	16.300
Morgan Stanley Participações Ltda.	1.560	2.312
Morgan Stanley Adm. de Carteiras S.A.	2.066	1.771

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores considera os valores provisionados e pagos aos membros do Comitê Executivo do Consolidado Morgan Stanley e/ou os diretores estatutários, conforme descrito abaixo:

	2019	2018
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	34.721	29.888
Encargos sociais	19.012	10.114
	2019	2018
Benefício de longo prazo a administradores		
Plano de remuneração com base em ações (1)	37.651	17.892
Plano de compensação diferida	3.673	4.301
Encargos sociais sobre benefícios longo prazo	12.604	7.701

(1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Morgan Stanley, sediada no exterior.

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil (BACEN), instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. Durante o exercício foram pagos R\$ 3.151 (2018 – R\$ 2.913) a título de previdência suplementar.

Planos de incentivo em ações

O Banco participa de planos globais de incentivos com base em ações do Morgan Stanley, os quais atribuem promessas de pagamentos futuros baseados em ações aos seus funcionários e administradores, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas, geralmente dois a três anos a partir da data da concessão. Parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de aquisição e sua totalidade pode ser cancelada em algumas situações limitadas, incluindo a rescisão por justa causa durante o período de amadurecimento (“*vesting period*”).

No decorrer do ano de 2019, Morgan Stanley outorgou 272.359 unidades de ações (2018 – 184.608 unidades) para os funcionários elegíveis do Conglomerado Morgan Stanley no Brasil a um valor médio de US\$ 42,56 (2018 – US\$ 56.84), considerando o valor de mercado das ações do Morgan Stanley nas respectivas datas de outorga.

Outros planos de compensação diferida

O Banco concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêm o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. A aquisição destas recompensas está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, tais como a permanência na empresa por período que pode variar de 6 meses a 3 anos da data da concessão. A totalidade ou uma parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de amadurecimento (“*vesting period*”). Os planos são liquidados em dinheiro no final do período de amadurecimento.

23 Contingências

Em 31 de dezembro de 2019, o Consolidado possuía passivos contingentes provisionados de natureza trabalhista no montante de R\$ 1.978 (2018 – R\$ 1.995), com relação aos quais a possibilidade de perda é considerada provável, com base na análise de assessor jurídico externo e R\$ 7.833 (2018 – R\$ 7.055), com relação aos quais a possibilidade de perda é considerada possível, com base na análise de assessor jurídico externo.

O Consolidado é réu em disputa acerca do valor de vencimento antecipado de certos contratos de derivativos, que, com base na melhor estimativa da administração nesta data, pode gerar perda provável provisionada no montante de R\$ 40.634.

O Consolidado é objeto de processo administrativo sancionador junto a Comissão de Valores Mobiliários e está em processo de negociação de termos de compromisso. O Banco optou por provisionar o montante de R\$ 12.333 para celebração do termo de compromisso alinhado com a melhor estimativa da administração nesta data.

	2019	
	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.995	-
Constituições no período	-	52.967
Reversões no período	<u>(17)</u>	-
Total	<u>1.978</u>	<u>52.967</u>

O Consolidado é objeto de processo administrativo sancionador junto a Receita Federal referente às Contribuições Previdenciárias Patronais relacionadas aos anos de 2014 e 2015. O montante de R\$ 3.633, com relação aos quais a possibilidade de perda é considerada possível, com base na análise de assessor jurídico externo.

Em 31 de dezembro 2018 o Consolidado não possuía processos administrativos ou cíveis, com estimativa de perda considerada provável, de acordo com a análise de assessor jurídico externo.

O Consolidado não possuía outros processos materiais com possibilidade de perda provável ou possível, além dos já mencionados.

24 Gerenciamento de riscos

a. Introdução e visão geral

A Administração acredita que a gestão efetiva de riscos é vital para o sucesso do Banco e conseqüentemente mantém um ambiente de gerenciamento de riscos que visa abranger as diversas atividades dos departamentos em uma estrutura gerencial integrada facilitando a incorporação da avaliação de risco no processo decisório através das diversas partes do Consolidado

O Morgan Stanley possui políticas globais da controladora e políticas locais para identificar, monitorar e gerenciar os riscos significativos nas suas atividades, bem como em suas funções de suporte ao negócio. Os principais riscos nos negócios da companhia incluem riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

O fundamento da filosofia de gerenciamento de risco do Morgan Stanley é a execução da sua atividade em busca de retornos adequados através de uma prudente utilização dos riscos que proteja o capital e imagem da companhia. Para garantir a eficácia do gerenciamento de riscos, componente essencial da reputação da Instituição, a Administração requer a comunicação freqüente e abrangente das informações relacionadas à gestão de risco bem como a sua devida divulgação.

Gerenciamento de risco

A instituição está exposta a diversos tipos de risco decorrentes de fatores internos e externos em função das características dos mercados em que atua.

Os Departamentos de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito reportam-se a seus respectivos departamentos em Nova Iorque e a Diretoria de Risco no Brasil. O Risco de Liquidez, por sua vez, é responsabilidade da Tesouraria Corporativa que responde técnica e administrativamente para a Tesouraria Corporativa Global e para a Diretoria Financeira Local. A estrutura específica de gerenciamento dos principais riscos a que a instituição está sujeita Mercado, Crédito, Operacional e Liquidez são destacados a seguir:

b. Risco de crédito

O Banco entende ser de extrema relevância assegurar o entendimento e a confiança na qualidade do gerenciamento do Risco de Crédito do Banco através da comunicação para a alta administração em Nova Iorque, no Brasil e partes interessadas (incluindo acionistas, agências de classificação de risco de crédito, contrapartes e órgãos reguladores globalmente). Assim, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito no Brasil foi estruturado de forma que a alta administração em Nova Iorque e no Brasil tenham bom entendimento acerca das políticas, responsabilidades e ações do Departamento no Brasil.

As principais responsabilidades do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito consistem em avaliar, classificar e definir limites às contrapartes do Banco, e, se houverem, monitorar e gerenciar riscos decorrentes das exposições existentes que estejam relacionadas a operações de empréstimos e financiamento, bem como aos demais instrumentos financeiros.

Risco de Crédito refere-se ao risco de perda decorrente quando uma contraparte não cumpre suas obrigações financeiras. O Morgan Stanley incorre em exposição de risco de crédito para instituições e investidores sofisticados. No Brasil, este risco pode surgir de uma variedade de atividades, incluindo, mas não limitado a, celebrar contratos de swap ou outros derivativos em que as contrapartes têm obrigações para realizar pagamentos ao Morgan Stanley; e depositando margem e/ou colateral para câmaras de compensação, bolsas de valores e de mercadoria e futuros, bancos, corretoras e outras contrapartes financeiras.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Morgan Stanley visa refletir o que cada um dos seus negócios gera de Riscos de Crédito, e o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito estabelece as práticas globais para avaliar, monitorar e controlar a exposição de crédito dentro e entre segmentos de negócios. O Morgan Stanley estabelece limites de crédito como uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar e gerenciar níveis de risco de crédito em todo o Morgan Stanley. O quadro de limites de crédito é calibrado considerando a tolerância de risco do Morgan Stanley. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito é responsável por garantir a transparência dos riscos de crédito relevante, assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos, aprovar as extensões materiais de crédito e adereçar concentrações de riscos para a autoridade sênior apropriada. A exposição de risco de crédito é gerenciada por profissionais de crédito e por comitês do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito e através de vários comitês de risco, os quais incluem membros do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também trabalha conjuntamente com o Departamento de Risco de Mercado e unidades de negócio para monitorar as exposições de risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito estão divulgados na nota explicativa 13.

Contratos de derivativos

No curso normal dos negócios, o Morgan Stanley é parte de uma variedade de contratos de derivativos relacionados a instrumentos financeiros e commodities. O Morgan Stanley utiliza estes instrumentos para trading e hedging, bem como para o gerenciamento de ativos e passivos. Estes instrumentos geralmente representam compromissos futuros de swap de juros, moedas, ou compra ou venda de commodities e outros instrumentos financeiros em termos e datas futuras específicas. Muitos desses produtos possuem vencimentos que não ultrapassam um ano, embora os swaps e as opções normalmente possuam prazos mais longos.

O Morgan Stanley incorre em risco de crédito uma vez que atua no mercado de balcão de derivativos. O risco de crédito relacionado aos instrumentos de derivativos ocorre caso uma contraparte não cumpra os termos do contrato. A exposição de risco de crédito do Morgan Stanley em qualquer momento é representada pelo valor justo dos contratos de derivativos reportados como ativos líquidos de posições de caixa recebidas em garantia. O valor justo dos derivativos representa a quantia pelo qual o derivativo pode ser realizado em uma transação entre os participantes no mercado.

Além do controle e do gerenciamento de riscos de crédito referenciados ao valor justo atual do instrumento de derivativos, o Morgan Stanley controla e gerencia exposições de crédito relacionadas à exposição potencial. Exposição potencial é uma estimativa da exposição, dentro de um nível de confiança especificado, que pode se tornar exposição real ao longo do tempo com base em movimentos de mercado.

Análise de risco de crédito

O Gerenciamento do risco de crédito realiza-se com foco na transação, na contraparte e no portfólio. A fim de proteger o Morgan Stanley contra perdas resultantes dessas atividades, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das operações de derivativos, reavalia a solidez das contrapartes regularmente de acordo com a política estabelecida e monitora ativamente a exposição de crédito da contraparte. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito atribui ratings de crédito para contrapartes, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas operações de derivativos.

Qualidade de crédito dos ativos financeiros

Abaixo apresentamos a segregação dos ativos financeiros, por rating de crédito, considerando o valor contábil da exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

31 de dezembro de 2019	Classificação interna					Total
	A	BBB	BB	B	CCC	
Ativos financeiros						
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Operações compromissadas	-	-	5.208.529	-	-	5.208.529
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	6.316.685	-	-	6.316.685
Instrumentos financeiros derivativos	-	229.894	3.535.784	82.793	615	3.849.086
Outros ativos financeiros	-	-	9.816	-	-	9.816
Ao Custo Amortizado						
Negociação e Intermediação de Valores						
Recebíveis de clientes	-	-	1.931.599	-	-	1.931.599
	-	-	684	46	-	730

31 de dezembro de 2018	Classificação interna					Total
	A	BBB	BB	B	CCC	
Ativos financeiros						
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Operações compromissadas	-	-	4.865.624	-	-	4.865.624
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	4.254.513	-	-	4.254.513
Instrumentos financeiros derivativos	39.750	239.327	2.862.342	1.123.907	3.847	4.269.172
Empréstimos	182.118	-	-	-	-	182.118
Outros ativos financeiros	-	-	618.351	536	-	618.887
Ao Custo Amortizado						
Negociação e Intermediação de Valores						
Recebíveis de clientes	-	-	2.123.594	-	-	2.123.594
	-	-	25.821	-	-	25.821

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AAA		
AA		
A		
BBB	Risco Baixo	Operações com clientes considerados com boa qualidade de crédito, bons fatores qualitativos e quantitativos
BB	Risco Médio	Operações com clientes considerados com média qualidade de crédito, incluindo certos fatores qualitativos e quantitativos desfavoráveis
B		
CCC		
D	Risco alto	Operações com clientes considerados com baixa qualidade de crédito, com vários fatores qualitativos e quantitativos desfavoráveis

2019					
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	13.856.711	417.507	606.479	503.419	15.384.117
Operações Compromissadas	5.208.529	-	-	-	5.208.529
Títulos e Valores Mobiliários	6.106.419	196.915	-	13.351	6.316.685
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.138.566	516.087	680.760	513.673	3.849.086
Outros ativos financeiros	2.525	5.061	2.230	-	9.816
Ao Custo Amortizado	1.932.329	-	-	-	1.932.329
Negociação e Intermediação de Valores	1.931.599	-	-	-	1.931.599
Recebíveis de clientes	730	-	-	-	730
2018					
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	13.205.435	382.153	311.606	291.120	14.190.314
Operações Compromissadas	4.865.624	-	-	-	4.865.624
Títulos e Valores Mobiliários	4.254.513	-	-	-	4.254.513
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.477.163	194.489	306.758	290.762	4.269.172
Empréstimos	-	182.118	-	-	182.118
Outros ativos financeiros	608.135	5.546	4.848	358	618.887
Ao Custo Amortizado	2.149.415	-	-	-	2.149.415
Negociação e Intermediação de Valores	2.123.594	-	-	-	2.123.594
Recebíveis de clientes	25.821	-	-	-	25.821

Redução do risco

O Morgan Stanley pode decidir atenuar o risco de crédito de suas operações de derivativos de várias maneiras. Na transação, o Morgan Stanley pode decidir reduzir os riscos através do gerenciamento de elementos principais de risco tais como volume, prazo, restrições financeiras (covenants), subordinação e garantias.

O Morgan Stanley protege a sua exposição à derivativos através de vários instrumentos financeiros que podem incluir uma contraparte individual, um portfólio ou derivativos de crédito estruturados.

Eventualmente, o Banco Morgan Stanley pode atuar em atividades que resultem em transações com características de operações de crédito. Neste caso, similarmente às operações de derivativos, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das transações, reavaliando a solidez das contrapartes. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também atribui ratings de crédito, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas transações.

c. Risco de mercado

O risco de mercado é uma parte inerente das atividades de negócios do Conglomerado Morgan Stanley. O risco de mercado refere-se ao risco de uma ou mais mudanças nos níveis de preços de mercado, taxas de juros, índices, volatilidades ou outros fatores de mercado, que possam resultar em perdas para uma posição ou carteira do Conglomerado Morgan Stanley.

Estrutura de Governança e Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e conta com o auxílio do Comitê de Riscos Brasil na supervisão da estrutura e das diretrizes para a avaliação e o gerenciamento do risco de mercado. O Comitê de Riscos Brasil supervisiona as exposições ao risco de mercado e é responsável por assegurar que os mesmos sejam gerenciados e reportados de forma correta. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é composta pelo Comitê de Riscos Brasil e pelo Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD Brazil”).

As principais atribuições do MRD/LRD Brazil são:

- Identificar e avaliar os riscos de mercado decorrentes das atividades bancárias do Conglomerado Morgan Stanley;
- Propor limites de risco de mercado;
- Monitorar e informar as exposições ao risco contra os limites;
- Assegurar que os controles de risco de mercado estão em uso e são efetivos;
- Auxiliar o Diretor de Riscos do Conglomerado Morgan Stanley nos assuntos pertinentes ao risco de mercado e assegurar escalonamento de problemas relevantes;
- Revisar a aderência do Conglomerado Morgan Stanley aos requerimentos regulatórios;
- Revisar, ao menos anualmente, e recomendar atualizações para a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado.

MRD/LRD Brazil mensura as exposições ao risco de mercado entre as diversas carteiras do Conglomerado Morgan Stanley utilizando uma ampla gama de fatores e sensibilidades consistentes com a complexidade de seus produtos. A modelagem do risco de mercado inclui, entre outras medidas, o cálculo do VaR (“Value at Risk”).

Principais riscos

Como resultado de suas atividades de formação de mercado e geração de liquidez, o Conglomerado Morgan Stanley está exposto, principalmente, a riscos de perdas decorrentes da variação das taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações e *commodities*. O Conglomerado Morgan Stanley está exposto também à volatilidade desses fatores de risco.

As atividades das quais essas exposições emergem e os mercados nos quais o Conglomerado Morgan Stanley é participante ativo incluem: títulos públicos, ações, derivativos de juros, derivativos de câmbio e derivativos de ações.

Tais riscos são mensurados com as ferramentas apropriadas, incluindo cálculos de sensibilidade a fatores de risco de mercado e , VaR e monitorados através do estabelecimento de limites. A tabela abaixo mostra a sensibilidade à variação de 1 ponto base (1 basis point) na estrutura a termo de taxa de juros em Reais:

Data	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Dezembro 2019	(102.110)	25.038	61.156	(44.650)	1.282	(59.285)
Dezembro 2018	(73.936)	(16.425)	(12.443)	(34.544)	64.186	(73.163)

Value at Risk (VaR)

O VaR é um método estatístico padrão do setor para cálculo da perda máxima de uma carteira que é possível estimar no decorrer de determinado intervalo de tempo e com um nível específico de confiança. O VaR agrega os riscos associados as carteiras com vários ativos em um único valor.

O cálculo do VaR é baseado em um modelo de simulação histórica dos principais fatores de risco de mercado. Simulação histórica envolve a construção de uma distribuição de mudanças hipotéticas diárias no valor das carteiras, baseada em duas variáveis: observação histórica de variações diárias nos principais fatores de risco e informação sobre a sensibilidade e a exposição da carteira à mudanças nesses fatores.

O modelo de VaR do Conglomerado Morgan Stanley evolue em resposta a mudanças na composição das carteiras e em resposta a melhorias nas técnicas de modelagem e na capacidade de processamento. O Conglomerado Morgan Stanley continuamente revisa a metodologia do cálculo do VaR, assim como as premissas nas quais os modelos são baseados, no sentido de capturar a natureza dinâmica do mercado.

Dentre outros benefícios, VaR nos permite agregar o risco de mercado de uma carteira para uma grande variedade de fatores de risco de mercado, levando em consideração a redução de risco obtida através da diversificação ou *hedging* da carteira.

As limitações dos modelos de cálculo do VaR também devem ser entendidas. As principais limitações são:

1. Futuras mudanças nos principais fatores de risco não serão necessariamente compatíveis com período de observações históricas utilizadas no cálculo do VaR.
2. Mudanças reais no valor da carteira podem ser diferentes daquelas calculadas nos modelos de VaR, principalmente quando da existência de carteiras com derivativos complexos.
3. Os períodos de 01 ou 10 dias tipicamente utilizados no cálculo do VaR não capturam, necessariamente, o risco de posições que não podem ser liquidadas ou *hedgeadas* em tão curto espaço de tempo.
4. VaR parte do princípio que a carteira manter-se-á constante, deixando de capturar mudanças no perfil de risco que possam vir a ocorrer no futuro.

5. VaR não diz nada a respeito das perdas com probabilidade menor do que o grau de confiança utilizado no cálculo.

O Conglomerado Morgan Stanley está ciente dessas e outras limitações e, dessa forma, utiliza o VaR apenas como um dos componentes do processo de gerenciamento de risco. Esse processo também incorpora testes de estresse baseado em análise de sensibilidades, além do monitoramento e controle dos riscos em vários níveis: mesas de negociação, divisões, entidades legais e consolidado.

A tabela abaixo mostra o VaR (95%, 1 dia) das principais exposições do Grupo em dezembro de 2019 e dezembro de 2018.

Categoria	2019		2018	
	Exposição	VaR	Exposição	VaR
Taxa de Juros	13.313.085	1.221	4.941.111	1.224
Ações	536.482	4.658	(23.609)	5.955
Taxa de Câmbio	(6.497.574)	192	(219.864)	1.340
Outros	1.523	3	731	3
Subtotal	7.353.516	6.074	4.698.370	8.522
(-) Benefício de Diversificação (a)		1.351		2.642
Total VaR Negociado		4.723		5.880
VaR Total		4.723		5.880

- (a) Eliminação do efeito de riscos semelhantes.

95% VaR	95%/ VaR diário 2019				95%/ VaR diário 2018			
	Final do período	Média	Máxima	Mínima	Final do período	Média	Máxima	Mínima
<i>Categoria de risco de mercado:</i>								
Taxa de Juros	1.221	1.270	13.073	730	1.224	1.632	6.445	556
Ações	4.658	8.362	22.290	3.671	5.955	6.863	20.736	3.581
Taxa de Câmbio	192	1.434	19.105	132	1.340	1.923	8.855	156
Outros	3	3	46	2	3	5	8	2
Categorias primárias de Risco (VaR)	6.074	11.069	54.514	4.535	8.522	10.423	36.044	4.295
Benefício de diversificação (1)(2)	1.351	2.396	-	-	2.642	(2.806)	-	-
VaR Total Administrado	4.723	8.673	24.379	4.264	5.880	7.617	21.115	3.923

- (1) O benefício de diversificação equivale a diferença entre o total do VaR administrado e a soma do VaR de cada uma das categorias de risco. Esse benefício surge por conta das perdas diárias simuladas para cada um dos quatro riscos de mercado principais ocorrerem em dias diferentes; benefícios de diversificação similares também são considerados dentro de cada categoria.
- (2) N/A - Não Aplicável. Os valores mínimos e máximos de VaR para o total de VaR de cada componente pode ter ocorrido em diferentes dias ao longo do ano, portanto o benefício de diversificação não é uma medida aplicável.

A seguir demonstramos valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos, das operações de derivativos e não derivativos do Consolidado Morgan Stanley, segregado por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e commodities):

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-19		31-dez-18	
		Vendido	Comprado	Vendido	Comprado
	Bolsa	(2.143.837)	15.945.114	(4.504.588)	7.081.720
	Balcão	(75.186.869)	75.319.389	(54.602.282)	54.986.138
Taxa de juros	Total	(77.330.706)	91.264.503	(59.106.870)	62.067.858
	Bolsa	(410.827)	399.893	(5.827.078)	5.807.732
	Balcão	(40.704.707)	41.728.968	(35.792.489)	35.966.201
Taxa de Câmbio	Total	(41.115.534)	42.128.861	(41.619.567)	41.773.933
	Bolsa	(15.244.375)	5.542.910	(15.464.969)	13.872.872
	Balcão	(5.816.363)	4.047.506	(2.207.967)	2.130.396
Preço de Ações	Total	(21.060.738)	9.590.416	(17.672.936)	16.003.268
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	(777.043)	778.565	(123.292)	124.024
Preço de Mercadorias (Commodities)	Total	(777.043)	778.565	(123.292)	124.024

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos não derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-19		31-dez-18	
		Vendido	Comprado	Vendido	Comprado
	Bolsa	-	34.278	-	32.278
	Balcão	(9.724.383)	9.069.392	(8.088.828)	10.036.672
Taxa de juros	Total	(9.724.383)	9.103.670	(8.088.828)	10.068.950
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	(996.346)	519.501	(1.222.521)	848.292
Taxa de Câmbio	Total	(996.346)	519.501	(1.222.521)	848.292
	Bolsa	(2.076.447)	6.712.367	(7.041.411)	8.687.470
	Balcão	-	336.829	-	-
Preço de Ações	Total	(2.076.447)	7.049.196	(7.041.411)	8.687.470

d. Risco de liquidez

Definição de risco de liquidez

Risco de liquidez se refere à impossibilidade de financiamento das operações em função da perda de acesso a recursos e aos mercados de capitais ou à dificuldade de liquidação de ativos.

O Risco de Liquidez também engloba a impossibilidade de liquidação de obrigações que possam potencialmente causar problemas na continuidade de negócio ou danos reputacionais que venham a comprometer a viabilidade do Banco.

Estrutura de governança

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova as Políticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco de Liquidez e conta com o auxílio do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e do Comitê de Riscos Brasil na supervisão da estrutura e das diretrizes para a avaliação do gerenciamento do risco de liquidez considerando a estrutura de gerenciamento de riscos disposta na resolução 4557 do Conselho Monetário Nacional de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez é composta pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), Comitê de Riscos Brasil, Diretor Financeiro, Tesouraria Corporativa, Diretoria de Operações e pelo Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD Brazil”), cada um com atribuições específicas para assegurar que o perfil de risco do Conglomerado Morgan Stanley esteja compreendido dentro da estrutura de limites estabelecida e aprovada.

O Conglomerado Morgan Stanley monitora de maneira prospectiva o risco de liquidez através de relatórios diários de fluxo de caixa que poderá demonstrar potenciais descasamentos de ativos e passivos, teste de estresse de liquidez, avaliação do risco intradia, controle de concentração de captação, monitoramento de limites e plano de contingência. Os indicadores e análises relativos ao Risco de Liquidez são apresentados para a administração da instituição no Comitê de Riscos Brasil e no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os passivos financeiros apresentavam os seguintes prazos de vencimento:

	2019				Total
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Passivos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	9.549.813	2.747.093	2.152.049	534.258	14.983.213
Operações Compromissadas	5.090.671	-	-	-	5.090.671
Credores por empréstimos de ações	2.031.798	-	-	-	2.031.798
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.285.406	403.271	670.033	455.832	2.814.542
Certificado de Operações Estruturadas	878.802	2.514.639	1.574.129	78.632	5.046.202
Ao Custo Amortizado	1.821.193	860.152	27.128	-	2.708.473
Depósitos de clientes	143.301	855.084	27.128	-	1.025.513
Obrigações por empréstimos e repasses	663.832	-	-	-	663.832
Negociação e Intermediação de Valores	1.009.251	-	-	-	1.009.251
Outros Passivos financeiros	4.809	5.068	-	-	9.877

	2018				Total
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Passivos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	9.666.735	2.011.788	1.392.697	1.289.433	14.360.653
Operações Compromissadas	3.600.555	-	-	-	3.600.555
Credores por empréstimos de ações	2.782.012	-	-	-	2.782.012
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.084.668	146.737	48.298	1.285.104	4.564.807
Certificado de Operações Estruturadas	199.500	1.865.050	1.344.399	4.329	3.413.279
Ao Custo Amortizado	1.910.718	608.861	-	-	2.519.578
Depósitos de clientes	865.624	608.861	-	-	1.474.484
Obrigações por empréstimos e repasses	1.045.094	-	-	-	1.045.094

e. Risco operacional

O Departamento de Risco Operacional do Morgan Stanley estabeleceu sua estrutura de gerenciamento de risco operacional de acordo com as Políticas do Morgan Stanley e regulamentação local vigente. A Política Global de Gerenciamento de Riscos Operacionais e seus procedimentos definem conceitos, estabelecem as diretrizes, metodologias e ferramentas a serem aplicadas de acordo com sua natureza, tamanho e complexidade dos seus produtos, serviços, atividades e processos.

Definição de Risco Operacional

Risco Operacional é definido como risco de perda ou danos reputacionais ao Conglomerado Morgan Stanley, resultante de falha ou inadequação de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal e exclui o risco estratégico.

Estrutura de Governança e de Gerenciamento de Risco Operacional

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley é responsável por aprovar as políticas de gerenciamento de risco operacional compreendendo de forma abrangente os riscos operacionais que possam impactar a Instituição. Além da Diretoria, a estrutura de gerenciamento de risco operacional local é composta por:

- Comitê de Riscos Brasil, responsável por propor à Diretoria as políticas relacionadas ao risco operacional no Conglomerado Morgan Stanley
- Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional Brasil, composto pelas áreas de negócio e de suporte do Conglomerado Morgan Stanley;
- Departamento de Risco Operacional, se reportando ao Diretor de Riscos (CRO) do Conglomerado Morgan Stanley, e ao Departamento de Risco Operacional do Grupo Morgan Stanley em Nova Iorque;
- Unidades de Negócio e de Suporte, como responsáveis primários pelo gerenciamento de riscos operacionais, e
- Coordenadores de Risco Operacional, definidos como o ponto focal de cada área para reporte e atendimento das questões relacionadas a risco operacional.

Principais Atribuições do Departamento de Risco Operacional são:

- Supervisionar, analisar e monitorar o risco operacional no Conglomerado Morgan Stanley;
- Produzir e apresentar análise de riscos e relatórios para informação da alta administração do Conglomerado Morgan Stanley e seus Comitês;
- Apresentar ao Comitê de Risco Brasil eventos ou potenciais impactos relacionados ao Risco Socioambiental identificados pelas áreas responsáveis pelo gerenciamento de Risco Socioambiental.
- Apresentar ao Comitê de Riscos Brasil, eventos de continuidade de negócios, os resultados dos testes de continuidade de negócios, bem como a revisão dos planos. Apresentar eventos de serviços terceirizados e eventos relevantes de Tecnologia, se existirem
- Validar e verificar a efetividade da estrutura de gerenciamento de risco operacional estabelecida na Política Global de Risco Operacional;
- Dar suporte as áreas nos procedimentos de Auto-Avaliação de Riscos e Controles, de Captura de Incidentes de Risco Operacional, de Captura dos Apontamentos e Planos de Ação. Monitorar e reportar sobre a qualidade, tempestividade e completa aderência nesses procedimentos;
- Desenvolver e manter ferramentas de suporte para a gestão de risco operacional;
- Fornecer treinamentos e conscientização de risco operacional e também sobre a política, e
- Fornecer mecanismos de reporte para possibilitar o monitoramento sobre as políticas e procedimentos relacionados.

Procedimentos e Atividades de Gerenciamento de Risco Operacional

O Departamento de Risco Operacional implementou procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais:

- Avaliação de Riscos: é o processo para determinar o nível de risco do Conglomerado e identificar riscos que requerem ações. Uma das ferramentas utilizadas para a avaliação de risco é a execução do processo de Auto-Avaliação de Riscos e Controles pelas áreas de negócio e de suporte.
- Incidentes de Risco Operacional: é o processo de captura e reporte dos incidentes internos de risco operacional ocorridos ou que impactaram as áreas. O Conglomerado mantém um repositório dessas informações para coleta dos dados, seja quantitativos ou qualitativos.
- Ações Corretivas: quando um risco operacional identificado está acima do nível aceito pelo Conglomerado, as áreas responsáveis identificam, se aplicável, uma ação corretiva para redução do nível de risco. O Conglomerado possui uma ferramenta para monitoramento de potenciais riscos operacionais e seus planos de ação.
- Mensuração e Reporte de Riscos: O Departamento de Risco Operacional independentemente, avalia, mede e monitora os riscos operacionais do Conglomerado e fornece relatórios de risco para a Diretoria do Conglomerado, Comitês e Grupos de Supervisão. Os relatórios podem apresentar o perfil de risco do Conglomerado, incidentes e perdas operacionais ocorridas no período, pontos de atenção significativos no período, status de planos de ação, situação dos indicadores, quando aplicável, e escala as questões relevantes.

Metodologia de Mensuração de Capital e Parcela de Risco Operacional

O Conglomerado no Brasil optou pela Abordagem do Indicador Básico (BIA), que corresponde ao modelo mais simplificado para o cálculo de alocação de capital referente a parcela de risco operacional.

f. Gestão do capital

O processo de gestão de capital do Morgan Stanley cabe, primordialmente, à Tesouraria Corporativa que é responsável pelo gerenciamento de Capital a longo prazo, estabelecimento de políticas de acompanhamento e alocação de capital para as áreas de negócios, a estrutura de capital, dividendos e recompra de ações, atuando em conjunto com as áreas técnicas da Matriz e com o comitê local de gestão de ativos e passivos (ALCO). A área promove o uso ideal de capital, buscando assegurar o cumprimento de requerimentos regulatórios, ou internos de níveis de capital. O grupo também é responsável pelo gerenciamento de capital nas entidades legais, incluindo a estrutura de capital das subsidiárias, o pagamento de dividendos e aumentos de capital, bem como o desenvolvimento do Plano de Capital Anual do Morgan Stanley.

Este processo é responsável por monitorar o nível corrente de capital e efetuar o planejamento de capital das empresas através das projeções de crescimento das áreas de negócio e seus impactos no capital requerido.

No Brasil, a Tesouraria Corporativa se reporta ao Diretor Financeiro do Conglomerado Morgan Stanley e à Tesouraria Corporativa Global nos Estados Unidos da América, e é responsável por prover o comitê do ALCO de informações necessárias ao acompanhamento e planejamento do Capital das empresas locais a fim de que este possa assegurar que a instituição mantém capital compatível com o risco de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme determinado pelo Banco Central do Brasil e pelo risco das exposições à eventuais posições não incluídas na carteira de negociação.

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <http://www.morganstanley.com.br/> (ítem - Informações Regulatórias).

g. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basiléia)

A partir da data-base de março de 2003, o Banco Morgan Stanley passou a adotar a apuração de forma consolidada dos limites operacionais previstos no artigo 1º da Resolução 2.283, de 5 de junho de 1996, tomando-se como base os dados financeiros consolidados dos integrantes do Conglomerado Morgan Stanley, formado pela Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Banco Morgan Stanley S.A. e por este liderado, mantendo patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e das alterações introduzidas pelas resoluções 4.192/13 e 4.193/13.

A partir de 31 de outubro de 2013 entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia III, onde adotou-se como base de dados financeiros consolidados o Conglomerado Prudencial, formado pela Corretora, pelo fundo de investimento no qual o Banco é cotista exclusivo e pelo próprio Banco Morgan Stanley S.A., permanecendo este como líder do Conglomerado apurado de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil “BRGAAP.

O índice da Basileia em 31 de dezembro de 2019 é de 22,45% (2018 – 20,13%), conforme composição refletida no quadro abaixo.

h. Limite Operacional - Acordo da Basileia III

Fator de ponderação de risco	2019	2018
RWA - Risco de Crédito - Abordagem Padronizada - RWAcpad	5.904.794	8.008.500
RWA - Risco de Mercado - RWAm pad	6.527.976	4.956.594
RWA - Risco Operacional - Abordagem Padronizada - RWAopad	2.187.942	1.680.616
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	14.620.711	14.645.710
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	1.169.657	1.263.192
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	3.282.616	2.947.833
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	2.212.959	1.684.641
Índice da Basileia = PR*8,625%/(Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - RWA)	22.45%	20.13%
Razão de Alavancagem	13.33%	12.10%

i. Composição do Patrimônio de Referência Requerido - Basileia III

	2019	2018
Patrimônio de Referência Nível I para comparação com RWA	3.282.616	2.947.833
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I requerido	2.405.373	2.069.091
Patrimônio de Referência Nível I	3.282.616	2.947.833
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo requerido para o RWA	877.243	878.743
Margem sobre o Capital Principal Requerido	2.624.684	2.288.776
Capital Principal para comparação com RWA	3.282.616	2.947.833
Capital Principal - CP	3.282.616	2.947.833
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	657.932	659.057
Margem sobre o PR considerando a RBAN	1.335.996	1.107.570
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA e para RBAN	1.215.854	1.291.050
Valor correspondente ao RBAN	45.927	27.857
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	749.311	750.593
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Nível II	657.932	659.057
Adicional de Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	731.036	549.214
Margem para verificação do Adicional de Capital Principal	1.381.924	1.135.427
Margem sobre o Adicional de Capital Principal	2.067.032	1.656.784
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	3.282.615	2.947.832
Limite para Imobilização	1.641.307	1.473.916
Valor da situação para o Limite de Imobilização	18.722	18.595
Valor da Margem	1.622.585	1.455.321

25 Evento subsequente

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, todavia ainda não é possível por parte da Administração uma avaliação mais precisa de todos os impactos.